
Cultura à beira da Baía de Guanabara: práticas comunicacionais e experiências festivas no litoral proibido do Rio de Janeiro¹

Victor BELART²
Andressa Cabral BOTELHO³

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

Resumo

Reconhecido internacionalmente por suas praias, o Rio de Janeiro vive uma relação controversa com a Baía de Guanabara. Recentemente, além de um fracassado projeto de despoluição, novas estratégias comunicacionais e de planejamento urbano tentaram ampliar a relação do carioca com ela. Retratada na mídia como local de insalubridade, a Baía de Guanabara segue sendo espaço fundamental na construção de novas socialidades por parte da população. O presente artigo investiga as manifestações festivas que acontecem no seu entorno, especialmente no Novo Centro da cidade. Considerando simultaneamente grupos recém criados ou centenários que atuem no próximos à Baía, a pesquisa apresenta o trabalho de agentes culturais que estabeleçam novas formas de uso e novas práticas comunicacionais num Rio de Janeiro litorâneo.

Palavras-chave

Festa; Praça Marechal Âncora; Baía de Guanabara; Boulevard Olímpico; Pedra do Sal

Introdução

Se o Rio de Janeiro é internacionalmente conhecido como balneário ensolarado, conforme apresentam (SIQUEIRA; SIQUEIRA, 2011), a Baía de Guanabara ficou por décadas excluída deste processo, sendo vista como território impróprio para banho, de

¹ Trabalho apresentado na DT7 Comunicação, Espaço e Cidadania do XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de junho de 2019.

² Mestrando no PPGCom UERJ com bolsa CNPq. Pesquisador do Laboratório de Comunicação, Arte e Cidade (UERJ). Especialista em Jornalismo Cultural. e-mail. belart.victor@gmail.com

³ Mestranda em Comunicação Social no PPGCom UERJ na linha de pesquisa Cultura das mídias, Imaginário e Cidade, graduação em Jornalismo pela UERJ (2014) e graduanda em Relações Públicas pela UERJ. Atua com comunicação comunitária e Direitos Humanos. acabralbo@gmail.com

perigo noturno, etc. Recentemente, entretanto, a derrubada do Viaduto da Perimetral, as obras do Porto e Praça Mauá e os promissores projetos de despoluição⁴ de suas águas, tentaram estimular as bordas do estuário enquanto ambiente possível para abrigar intervenções de entretenimento, lazer, cultura e receber projetos de comunicação de grandes marcas⁵ durante Ciclo Olímpico da cidade. Diante disso, uma série de manifestações culturais já existentes no entorno da Baía, como as rodas de samba da Pedra do Sal ou bloco de Carnaval e Afoxé da Praça Mauá, tiveram que legitimar sua territorialidade e presença em meio a novas intervenções, investimentos e disputas por espaço.

Com o término dos jogos e a consequente diminuição de investimentos na região, entretanto, o estuário novamente passa a ser visto como espaço de sujeira e disputa, a exemplo de matéria do jornal O GLOBO, em 21/3/2019 ao dizer que *Baía de Guanabara, perto do Museu do Amanhã, está tomada pelo lixo*. E é neste mesmo momento de retomada do ostracismo sobre a Baía que novas intervenções, sem conhecimento e ordenamento da Prefeitura, passam a ocupar de maneira festiva suas bordas, apresentando novas territorialidades (HAESBAERT, 2010) e modos de vida a ela. Numa lógica semelhante a de grupos tradicionais que já atuavam naquele espaço, novos blocos de Carnaval, festas techno, cortejos ambulantes e coletivos culturais passaram construir sua trajetória por ali.

Este artigo investiga a atuação dos antigos e novos grupos culturais que buscam construir, através da proximidade com a Baía, uma socialidade (MAFFESOLI, 1987) a beira-mar no Centro do Rio, de maneira destoante à planejada e estruturada pela Prefeitura com suas recentes intervenções do entretenimento. Com estratégias particulares de comunicação e práticas de vida, eles apresentam novas formas de relação com o entorno da Baía, alheias tanto à representação negativa do estuário em jornais, quanto à perspectiva espetacularizada daquele território nos recentes projetos de

⁴ “Promessa Olímpica, despoluição da Baía pode levar 25 anos”, Portal EBC. Publicado em: 8/8/2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/rio-2016/noticia/2016-08/promessa-olimpica-despoluicao-da-baia-de-guanabara-dev-e-levar-25-anos>> Acesso em: 13/4/2019.

⁵ “Lego presenteia o Rio com maquete da Cidade Olímpica”, Portal UOL. Publicada em: 1/08/2016. Disponível em: <<https://olimpiadas.uol.com.br/noticias/redacao/2016/08/01/lego-presenteia-rio-com-uma-maquete-da-cidade-pela-olimpiada.htm>> Acesso em: 14/4/2019.

entretenimento da Prefeitura. Através de uma observação participante, o estudo se insere no trabalho destes novos e antigos grupos, além de utilizar representações midiáticas a respeito da Baía como ponto de partida para as discussões trabalhadas.

Da praia ao esgoto; do esgoto ao *city marketing*

Em 2010, a Prefeitura anunciou a derrubada do Viaduto da Perimetral e demonstrou interesse na construção de novas relações no espaço da Baía de Guanabara, a partir de uma ideia plantada “de má conservação e noção de vazio” (FERNANDES, HERSCHMANN, 2018, p. 27). Da mesma maneira que, desde antes das reformas, já reparávamos a própria mídia assumindo um discurso de sujeira, insalubridade e necessidade de transformação na Baía, seu entorno era anunciado - por parte da comunicação oficial da Prefeitura durante o Ciclo Olímpico como espaço que clamaria por urgentes modificações que ocupassem tal vazio idealizado. A comunicação oficial da Prefeitura anunciava a chegada de um novo Centro: limpo, ordenado e mais próximo de seu mar com a derrubada de viadutos e “revitalização” da área, como apresenta o próprio plano organizacional da Prefeitura de Eduardo Paes⁶.

Este processo, compreendemos fazer parte do recente “projeto de *city marketing*” (FERNANDES; HERSCHMANN, 2018, p. 26) que buscava modificar o imaginário do carioca sobre alguns de seus espaços públicos, e, nesta lógica, não faltaram esforços na tentativa de melhorar a imagem da Baía de Guanabara diante da população. A estratégia, portanto, incorporava um processo de enunciar um vazio para, em seguida, apresentar a solução, numa prática “perspectiva colonial por trás da ideia de levar cultura” (SIMAS, 2016⁷).

⁶ “Pós 2016: O Rio mais integrado e competitivo”. Planejamento Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2009-2012. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6616925/4178940/planejamento_estrategico_site_01.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019.

⁷ “A potência da cultura das frestas”, Depoimento de Luiz Antônio Simax durante o evento “Cidades Rebeldes e Espaços de Esperança”. Matéria de Beatriz Reis para a Plataforma “Se a cidade fosse nossa”, publicada em: 17/3/2016. Disponível em: <<http://seacidadefossenossa.com.br/2016/03/a-potencia-das-culturas-de-fresta/>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

Ao pensar neste processo de transformação urbana da região da Baía, é importante compreender historicamente o afastamento da Região Central do Rio de Janeiro em caráter paradisíaco, à beira-mar, de seu Centro. Ao longo dos anos, a cidade que foi construindo uma imagem ensolarada e tropical como reiteram Siqueira e Siqueira (2011), baseou-se na imagem das praias da Zona Sul, mas não da Baía. Nesta mesma lógica, percebemos como o território da Baía esteve suscetível a modificações urbanas a partir de agentes públicos na cidade, que assim como nas reformas de 2016, acabaram transformando a relação do Rio com seu mar.

Em projeto de memória organizado pelo Arquivo da Cidade, publicado bem antes do Ciclo dos megaeventos, ainda em 2002, é possível observar a estreita e antiga relação do Centro da cidade com a Baía no caráter de mar habitável, em espaço também de contemplação e festa. Com a derrubada do morro do Castelo (1922), a reconfiguração dos limites do espaço a beira-mar na cidade foram transformados. Neste processo de reformulação, aliado à própria poluição do estuário, o Rio da praia ficou muito mais ligado à famosa Orla do Leme ao Pontal do que à Baía.

Mesmo recentemente, nas reformas da Rio 2016, a relação da cidade com seu mar chegou a ser alterada. Com a ampliação do alcance do Metrô do Rio de Janeiro até a Barra da Tijuca com estações pelos bairros de Ipanema, Leblon e São Conrado, aumentou também o potencial e fluxo turístico à beira-mar na cidade, mas principalmente de suas praias tradicionais, distantes da Baía. A região do estuário, portanto, aproximou-se de outras vertentes do entretenimento à beira-mar, não necessariamente como espaço para mergulhos, mas como ambiente para a profusão de festas, mega-shows e ocupações de grandes marcas, no qual HERSCHMANN e FERNANDES apontam como um possível *city-marketing* pontual (2018).

Abrigando a dita “Pira Olímpica” do Povo, o espaço do Boulevard Olímpico - vizinho à Baía - recebeu, em 2016, um extenso corredor cultural com foodtrucks, stands de marcas e intervenções de empresas, configurando-se como intensa plataforma de patrocínios da Rio 2016, exatamente colada ao mar. Neste mesmo espaço público, enquanto observamos a chegada de grandes cruzeiros turísticos ou shows da festa

Olímpica, não era raro a observação de outros usos das águas da Baía por parte da população, como a prática da pesca ou brincadeiras de crianças no mar.

Exatamente neste momento, a própria mídia em jornais e revistas passou a amenizar os discursos a respeito da própria Baía, substituindo reportagens estritamente negativas a respeito de sujeira e poluição, para abrir espaço, inclusive, a novas formas de uso, como o próprio banho de mar. É o caso, por exemplo, de reportagem do Jornal Extra, publicada em 6/12/2015⁸, que vai retratar que “pular na Baía de Guanabara vira febre entre meninos do Centro”. Ainda que, assumidamente, o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) projeto de despoluição tenha fracassado abertamente, preocupando atletas e organizadores dos Jogos⁹, a Baía de Guanabara passou a ser entendida, por poucos anos, como espaço de convívio entre manifestações culturais tradicionais, contemporâneas e mercadológicas, num projeto híbrido que chegou a combinar o Porto reformado ao que houvesse de mais antigo, ativista e resistente por ali.

Na Praça Mauá, um dos primeiros espaços do Porto Maravilha entregue à população, cerca de quatro mil pessoas que aguardam para entrar no Museu do Amanhã, diariamente, ou que passeiam na praça após a visita ao MAR, são brindadas não só com a exuberância da Baía de Guanabara e do patrimônio histórico cultural (do presente e do passado), mas com as comidas de boteco oferecidas por barracas da “Associação Sabores do Porto”, ao lado de modernos foodtrucks, que oferecem opções gourmet mais contemporâneas. (FREITAS; MELLO, 2017, p.81).

Este convívio, entretanto, não nasceu harmônico. Prevista no Planejamento Estratégico da Prefeitura que buscava estruturar a cidade para o Rio Pós-2016, a chamada operação Choque de Ordem, aliada à atuação da Secretaria de Ordem Pública,

⁸ “Só de onda na Praça Mauá: pular na Baía de Guanabara vira febre entre meninos do Centro”, Jornal Extra. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/so-de-onda-na-praca-maua-pular-na-baia-de-guanabara-vira-febre-entre-os-meni-nos-do-centro-18224894.html>>. Acesso em 15 abr. 2019.

⁹ “Porque a Baía de Guanabara continua poluída nos Jogos Olímpicos”, Época. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/esporte/olimpiadas/noticia/2016/08/por-que-baia-de-guanabara-continua-poluida-nos-jogos-olimpicos.html>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

apresentaram intensa rigidez e fiscalização para legitimar processos que se estabelecessem ao entorno da Baía, incluindo fiscalizações e até proibições para ocupações tradicionais que estivessem por ali antes de todas as obras. É também neste momento que dezenas de manifestações ancestrais, suprimidas pela especulação imobiliária ou esmagadas por difíceis processos de legalização, tiveram seu mais intenso processo de disputa, até que conquistassem o citado convívio harmônico com as novas manifestações de entretenimento na Baía.

Da Baía ancestral à Cidade Pós-Olímpica

Inaugurado no final de 2015, meses antes das Olimpíadas no Rio, o Museu do Amanhã anuncia em seu site oficial¹⁰ que “a Baía de Guanabara é um símbolos dos eixos éticos que o guiam”. Encravado a beira-mar, ao lado do estuário, em plena Praça Mauá totalmente reformulada para os Jogos Olímpicos, a obra é a mais chamativa das iniciativas de reordenação do Porto do Rio. Ao lado dele, o novíssimo Museu de Arte do Rio (MAR), também traz em seu nome a nova-velha relação do centro da cidade com o oceano. Além de abrigar famosas festas do Império, como o conhecido Baile da Ilha Fiscal, a Baía de Guanabara foi espaço de chegadas e partidas da região do Porto e, conseqüentemente, de focos de resistência através da própria festa. Como retrata o historiador Luiz Antônio Simas, em depoimento contemporâneo à instalação de tais obras, “os negros aqui chegados tinham duas opções: morrer ou ressuscitar reinventando a vida” (SIMAS, 2016¹¹). Neste processo, compreende-se que desde a formação da cidade, a Região Central do Rio de Janeiro estabeleceu estreito contato entre sua Baía e seu povo formador, com a inserção de distintas manifestações culturais diaspóricas que criavam novas formas de vida por lá.

¹⁰ “O dia da Baía”. Site Oficial do Museu do Amanhã. Disponível em: <<https://museudoamanha.org.br/pt-br/content/18-de-janeiro-dia-da-baia-de-guanabara>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

¹¹ “A potência da cultura das frestas”, Depoimentos de Luiz Antônio Simas e Adriana Facina durante o evento “Cidades Rebeldes e Espaços de Esperança”. Matéria de Beatriz Reis para a Plataforma “Se a cidade fosse nossa”, publicada em: 17/3/2016. Disponível em: <<http://seacidadefossenossa.com.br/2016/03/a-potencia-das-culturas-de-fresta>> Acesso em: 10 abr. 2019.

A Pequena África, localizada próximo à Praça Mauá, entre os bairros da Gamboa, Saúde e Santo Cristo, possui sua história intimamente ligada à escravidão e à resistência negra. Era pelo Cais do Valongo, aterrado até pouco antes das obras dos megaeventos e reconhecido como Patrimônio Mundial da Unesco desde 2018, que a mão de obra escravizada entrava no Rio de Janeiro. A chegada dos negros naquele local se deu no século XVI, com a sua vinda para carga e descarga de sal. Com a proibição do tráfico negreiro em 1831 e mais adiante com o fim da escravidão, muitos negros, principalmente da Bahia e do interior do estado, vieram ocupar o local. O espaço ficou conhecido dessa forma por manter as tradições culturais e religiosas afro-brasileiras e por ser, mais adiante, um dos berços do samba carioca. (CABRAL, 2015).

Reconhecida pelo forte apelo cultural, a região recebe desde as conhecidas rodas de samba de segunda e de sexta na Pedra do Sal a blocos de carnaval e feiras quilombolas e culinários que atraem frequentadores, passantes e moradores de outros quilombos da cidade. A região do quilombo Pedra do Sal, que compreende os largos João da Baiana e São Francisco da Prainha e alguns imóveis das ruas Sacadura Cabral, Camerino, Travessa do Sereno e Argemiro Bulcão, é reconhecida como Área de Especial Interesse Cultural (AEIC) de acordo com a Lei Nº 5781/2014¹² e faz parte de um dos pontos de cultura do Plano Diretor da cidade.

Tão tradicional quanto os eventos na Pedra do Sal, o bloco Escravos da Mauá ocupa a orla da Baía desde 1993, abordando em seus sambas a história do seu bairro sede, Saúde, e os que ficam na sua proximidade. E mesmo com o crescimento do carnaval de rua do Rio de Janeiro nos últimos anos (HERSCHMANN, 2013), o bloco carnavalesco segue como um dos mais tradicionais do circuito de blocos.

Mesmo com o histórico de cultura de quase 200 anos, a herança negra por lá é praticamente desconhecida por pessoas que vivem na cidade, mas não frequentam o local. Para seus moradores, o espaço sempre foi repleto de efervescência cultural tendo em vista o comércio local e algumas das atividades mencionadas anteriormente, o que contrasta com a proposta do projeto Porto Maravilha, que apresentava as reformas da região como forma de promover revitalização e promoção cultural “através da

¹² Reconhecimento da Pedra do Sal como Área de Especial Interesse Cultural. Disponível em: <https://portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/leis-ordinarias/lei_5781_14.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

valorização de bens materiais e imateriais da cultura local, da criação de um circuito histórico-cultural e da consolidação de um calendário de eventos anual da zona portuária” (FREITAS; MELLO, 2017, p. 75). Para o morador, essa região da Baía, que existe e resiste há quase dois séculos, nunca esteve morta para que uma revitalização cultural fosse necessária. De forma positiva, as obras do Porto, principalmente a derrubada da Perimetral e a construção do Museu do Amanhã e do MAR, permitiram que novas formas de socialidade com a Baía surgissem.

Da Ordem à Deriva

Assim que terminaram os Jogos Olímpicos, algumas tensões entre Prefeitura e Marinha do Brasil a respeito do território da chamada Orla Conde anunciavam que a harmônica relação entre o projeto de ocupação da Prefeitura e a própria Baía voltaria a viver tempos complexos. Com a derrubada do Viaduto da Perimetral, um trecho de domínio histórico dos Militares à beira-mar foi reaberto à população, mas meses depois das Olimpíadas, passou a ser gradeado pela Marinha. Já no final de seu mandato, o ex-prefeito Eduardo Paes comentou, em matéria do Jornal “O Globo”, publicada em 21/12/2016, as novas dificuldades de convencimento dos Militares de liberassem o acesso completo da população trecho à beira-mar no Centro.

A cidade voltou a ter acesso à Baía de Guanabara. Eu não quero crer que a Marinha do Brasil vai continuar a fazer este tipo de coisa. Porque isso foi fruto de muita negociação. Eu participei pessoalmente. E clamo, apelo ao bom senso, para que não se tenha que entrar na Justiça para fazer valer o acesso das pessoas ao espaço público. (Eduardo Paes, em entrevista ao Jornal “O Globo”, em 21/12/2017).

Conforme o tempo passa, percebemos um esgotamento da relação harmônica entre órgãos públicos envolvidos na área, além do número de empreendimentos, intervenções e megaeventos no território se esvaziam por lá. A concessionária Porto

Novo, administradora da região, por exemplo, publicou em nota em junho de 2018¹³, que “não poderia prosseguir com suas atividades”, alegando falta de verbas.

Se nota de forma visível atualmente uma diminuição significativa de investimentos nesta área (que já foi considerada estratégica e emblemática na cidade) na gestão do prefeito Marcelo Crivella (que se iniciou em janeiro de 2017, ameaçando vários aspectos do projeto urbano. (FERNANDES; HERSCHMANN, 2018, p2).

É justamente neste momento, de queda de investimentos e consequente maior flexibilização de regras, fiscalizações e acompanhamento por parte de esferas oficiais de controle da Prefeitura, que alguns grupos culturais passam a ocupar e a preferir o território do Rio à beira-mar. Oriundos de um potente movimento de ocupações culturais de rua que passou a proliferar-se por várias regiões do Centro da cidade (FERNANDES; HERSCHMANN, 2016), diferentes grupos culturais, blocos de carnaval, fanfarras e bandas de rua passaram a “descobrir” o território da Baía e o Centro a beira-mar como espaços possíveis de uso.

Se os antigos grupos culturais ali estabelecidos já apresentavam antigas relações de territorialidade naquele espaço, os novos grupos, entre blocos do carnaval não-oficial da cidade (BARROSO; GONÇALVES, 2016) e as neo-fanfarras de rua, passaram a desbravar e navegar numa espécie de deriva diante do Novo Centro. Normalmente às escondidas, com reuniões marcadas via whatsapp e que acontecem durante à noite ou nas primeiras horas da manhã, os grupos passaram a figurar entre imagens do sol nascendo no litoral da Baía, criando uma nova perspectiva de socialidade à beira-mar no Rio.

Maffesoli (1989) vai chamar de socialidade a perspectiva sensível de partilhar um hábito, “o estar junto que permite que seja uma proteção contra a imposição” (1989, p. 131). Deste modo, numa manhã de festa no território da Baía - mesmo que não haja mais tantos stands de marcas e grandes shows por lá - podemos perceber distintas tribos

¹³ “Concessionária Porto Novo, Nota Oficial. Disponível em: < <http://www.portonovosa.com/>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

que se estabelecem naquele território partilhando um ambiente comum. Cruzeiros turísticos, trompetistas, vendedores ambulantes, pessoas fazendo exercícios e pescadores acabam construindo um mosaico híbrido diante da Baía, em cenas que se apresentam, agora, distantes do funcionamento de grandes empreendimentos ou de projetos oficiais da Prefeitura que foram inaugurados nos primeiros anos de Novo Porto.



(Bloco de Carnaval divide espaço com Centro Operacional da Marinha, em frente à Baía, no Novo Porto.
Foto: Victor Belart)

Se observarmos, por exemplo, o que ocorre na Praça Marechal Âncora, percebemos mais intensamente essa relação. Encravada aos fundos da Praça XV, antigo Porto da cidade, o local, entre os surgidos a beira-mar na Nova Orla, é uma das praças que menos recebeu megaeventos, shows, ou uma programação criativa do Novo Porto. Entretanto, caiu no gosto popular tornando-se um dos principais polos de utilização por parte das festas ou cortejos secretos. Entre os anos de 2016 e 2019, mesmo em períodos distantes do Carnaval, grupos já tradicionais do Novo Carnaval de rua da cidade escolheram a praça para se apresentar, como os blocos Minha Luz é de Led, Vulcão Erupçado e Saymos do Egyto. Com a recente tradição carnavalesca e festiva da praça, o grupo Dali Saiu Mais Cedo batizou o local, no Carnaval de 2019, de Praça da Deriva, brincando com a relação fluida do alto mar e o movimento itinerante das ruas no carnaval, distante da perspectiva sólida e rígida dos navios de guerra ancorados.

A dicotomia e também disputa entre a Marinha, presente historicamente no território e os novos grupos, já foi observada recentemente, por exemplo, durante o

cortejo dos blocos TRANSPIRA, Technobloco e nos desfiles mensais do Cortejo dos Signos. Ao adentrarem o perímetro da Orla Conde gradeado pela própria Marinha, é comum que a comunicação interna dos blocos estimule o silêncio ou a pausa na música, revelando uma ainda relação de subserviência ou disputa entre as ocupações da população e as regras previamente estabelecidas pelos militares em questão. A cena, entretanto, nos apresenta um ambiente de mescla, entre soldados e marinheiros fardados, dividindo espaço com jovens fantasiados ou portando cartazes ativistas, vendedores ambulantes e músicos de rua, estabelecendo distintas socialidades e formas de uso para o espaço.

Se durante a gestão Eduardo Paes essa perspectiva da Ordem prevaleceu sobre os espaços à beira-mar na Baía, durante o governo de Marcelo Crivella, justamente a condição da informalidade vai debruçar-se sobre a cidade, especialmente no território às margens do estuário. Era comum, especialmente até 2016, que vendedores ambulantes fossem perseguidos regularmente na cidade, normalmente em territórios de interesse Olímpico ou nas Praias da cidade. Uma das cenas mais emblemáticas desta relação é um intenso conflito entre Guardas Municipais e camelôs na Orla da praia, numa pancadaria generalizada às vésperas da Rio 2016 na Zona Sul¹⁴. No mesmo período, uma série de quiosques a beira-mar na Orla da cidade deu lugar a estruturados comércios e stands de grandes marcas, que afastavam a atuação informal do ambulante.

Com o fim da concessionária Porto Novo, enfraquecimento da Secretaria de Ordem Pública e menor fiscalização na região, os próprios grupos de camelôs e ambulantes também passam a se apropriar dos espaços à beira-mar da cidade numa perspectiva artística. É o caso, por exemplo, do Coletivo de Ambulantes, grupo formado por camelôs e filhos de camelôs que passaram a organizar cortejos musicais ao lado de integrantes de novos blocos não-oficiais da cidade, ocupando exatamente os espaços à beira-mar no Centro.

¹⁴ “Conflito entre Guardas Municipais e Ambulantes em Copacabana”. “O Dia”. Disponível em: <
<https://oglobo.globo.com/rio/confusao-entre-guardas-municipais-ambulantes-em-copacabana-18391717>>
Acesso em: 11/4/2019.



(George, vendedor que atua em parceria com grupos de Carnaval. Foto: Coletivo de Ambulantes)

Considerações finais

A iniciativa dos grupos de carnaval e especialmente dos coletivos de camelôs, escolhe se estabelecer pontualmente, exatamente à beira-mar, nas Praças Marechal Âncora e Orla Conde, numa espécie de retomada de um espaço litorâneo que havia tido seu uso dificultado durante a antiga gestão do Eduardo Paes. Em contrapartida, na Praça Mauá e arredores, do outro lado do projeto de urbanização da Zona Portuária, o espaço vem sendo ocupado diariamente bem antes de se pensar em grandes projetos de organização e reurbanização da cidade.

Com um curto período de efervescência que conseguiu combinar investimentos, novas práticas do entretenimento e preservação de antigas manifestações, o Rio de Janeiro viveu entre 2015 e 2017, seu período mais intenso de realizações, inaugurações e novidades na área do Porto, integrando manifestações ancestrais e contemporâneas. Enquanto as praias da Zona Sul recebiam turistas internacionais, foi visto também como destino obrigatório, fosse para shows quanto para passeios diurnos, o território da Baía de Guanabara e do Novo Centro.

É, portanto, com a chegada das reformas Olímpicas, que todo o discurso de abandono, sujeira e descaso com relação ao Rio de Janeiro a beira-mar da Baía, vai temporariamente cessar para se aproximar de uma perspectiva de espaço ordenado, limpo, passível de gerar convívios e, conseqüentemente, de interesse mercadológico. Com o término do Ciclo Olímpico e agravamento da crise econômica do país, a redução

de investimentos na área acaba por acarretar novos processos, incluindo a própria volta de uma ideia de abandono, que passa a se aproximar novamente da retórica midiática e da própria Prefeitura. Deste modo, é exatamente neste instante que a Baía de Guanabara, antes criticada e depois elogiada, volta a ser retratada como espaço de sujeira, insalubridade e como ambiente proibido que ameaçaria as novas obras instaladas na região. Justamente neste cenário, outros grupos culturais se estabelecem em suas bordas, ignorando qualquer tipo de representação negativa a respeito do território.

Constatamos, portanto, que tanto a representação espetacularizada à respeito da Baía, quanto sua representação negativa, não traduzem necessariamente as práticas e modos de vida cotidianos da população que vai se estabelecer em seu entorno.

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, *ao despertar*, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano *é aquilo que nos prende intimamente*, a partir do interior. (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2013, p. 31. grifos dos autores)

Vemos nesse processo de revitalização pessoas que se reapropriam de uma cultura e de um espaço já existente criando novas socialidades, ao mesmo tempo que outras socialidades (MAFFESOLI, 1989) são ratificadas. É assim que vem acontecendo com a região central que fica no entorno da Baía de Guanabara. Apesar das publicações midiáticas a representarem como um espaço opaco (SANTOS, 1994), a Baía aparece como território em comum que permeia uma série de processos de socialidade, sendo deixada de lado pela mídia e ao mesmo tempo ocupada por “zonas de resistência, em especial de resistência cultural, onde observamos transformações que propõem modificar os padrões culturais hegemônicos dominantes da vida cultural contemporânea” (VAZ; SELDIN, 2018, p. 13). Ela atua como “lugar onde se manifesta um ‘engajamento’ social ou, noutros termos, uma arte de viver com parceiros (vizinhos,

comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2013, p. 37).

O entorno da Baía de Guanabara como um todo é um espaço dinâmico e mesmo com o abandono ambiental, é por meio do engajamento social que ela demonstra vitalidade. Um exemplo disso é a Praia de Ramos, como destacou Cabral (2014): apesar do descaso do poder público desde a década de 80, quando a praia foi declarada imprópria para banho, o seu entorno foi reinventado em 2001 com a criação do Parque Nacional da Praia de Ramos - conhecido popularmente como Piscinão de Ramos -, que trouxe de volta para o espaço comerciantes e antigos frequentadores e criou novas socialidades a partir das obras na Baía.

A Baía é para quem convive nela assim como é a ideia de bairro para Certeau, Giard e Mayol: um território que “constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido” (2013, p. 38). Independente de representações, investimentos ou estratégias comunicacionais da gestão pública, somente a própria população configura naquele espaço seu uso específico, que historicamente - independente de período econômico ou político da cidade - tem sua trajetória atrelada ao festivo e à resistência à beira-mar, assim como também resistem os castigados ecossistemas de vida que habitam a profundidade do estuário.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Flávia; GONÇALVES, Juliana. Subversão e purpurina: Um estudo sobre o carnaval de rua não-oficial do Rio de Janeiro. In: ANAIS. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação** XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016.

CABRAL, Andressa. A suja e esquecida praia de Ramos. **Viva Favela**. 16 jun. 2014 Disponível em: <<http://vivafavela.vivario.org.br/539-a-praia-de-ramos-esquecida/>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

_____. Povo quilombola eterniza legado cultural. **Viva Favela**. 13 mai. 2015. Disponível em <<http://vivafavela.vivario.org.br/701-povo-quilombola-eterniza-legado-cultural/>> Acesso em: 08 abr. 2019.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Lucy; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2**. Morar, cozinhar. Tradução: Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 12 ed. - Petrópolis: Vozes, 2013.

FERNANDES, Cintia SanMartin; HERSCHMANN, Micael. Relevância da cultura de rua no Rio de Janeiro em um contexto de valorização dos megaeventos. **Interin**, Curitiba, v. 21, n. 1, p. 03-21, jan/jun. 2016.

FREITAS, Ricardo Ferreira; MELLO, Flávia Barroso de. Porto Maravilha: vivências e experiências culturais no espaço urbano ressignificado. **Diálogo com a Economia Criativa**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 74-87, jan./abr. 2017.

HERSCHMANN, Micael. Apontamentos sobre o crescimento do Carnaval de rua no Rio de Janeiro no início do século 21. **Intercom** - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 36, n. 2, 2013.

_____; FERNANDES, Cintia SanMartin; HERSCHMANN, Micael. Zona Portuária do Rio de Janeiro: entre as “conchas vazias” e a potencialidade das dinâmicas criativas urbanas cotidianas. **Intercom** - RBCC, São Paulo, v.41, n.1, p.21-40, jan./abr. 2018.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das Tribos**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994, 176p.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira; SIQUEIRA, Euler David de. O corpo como imaginário da cidade. **Revista FAMECOS** (Online), v. 18, p. 657-673, 2011.

VAZ, Lilian Fessler; SELDIN, Claudia. **Culturas e resistências na cidade**. Rio de Janeiro: Rio Book's – 1ª ed., 2018.